

# COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

## PROJETO DE LEI Nº 649, DE 2023

Acrescenta o art. 19-V à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre o acompanhamento de saúde durante a infância, e dá outras providências.

**Autor:** Deputado ALBERTO FRAGA

**Relatora:** Deputada LAURA CARNEIRO

## COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Após o anúncio da discussão da matéria, alguns colegas parlamentares apresentaram-me sugestões de alteração no substitutivo que ofereci em anexo ao parecer proferido na reunião deliberativa desta Comissão em 23/08/2023.

O acatamento de uma dessas sugestões justificou a apresentação da presente complementação de voto.

Nas disposições do Substitutivo apresentado em meu voto é importante inserir a expressão “quando necessário” após a expressão “em horário estendido” no bojo do art. Art. 19-V da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, proposto.

Com efeito, tal mudança permitirá que os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, da rede própria ou conveniada, notadamente as Unidades de Saúde da Família (USF) e Unidades Básicas de Saúde (UBS), ou postos de saúde, ou unidades de consultas não emergenciais provenham serviços em horário estendido a menores de doze anos, acompanhado do responsável, conforme a necessidade.



Sala da Comissão, em 23 de agosto de 2023.

Have ~~any~~ any

2023-14070



# COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 649, DE 2023

Acrescenta o art. 19-V à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre o acompanhamento de saúde durante a infância, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o art. 19-V à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre o acompanhamento de saúde durante a infância.

Art. 2º A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 19-V:

### “CAPÍTULO IX

#### DO SUBSISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DURANTE A INFÂNCIA

Art. 19-V. Os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, da rede própria ou conveniada, notadamente as Unidades de Saúde da Família (USF) e Unidades Básicas de Saúde (UBS), ou postos de saúde, ou unidades de consultas não emergenciais, devem prover atendimento a menores de doze anos, acompanhado do responsável, em horário estendido **quando necessário**, podendo este se dar de forma exclusiva ou preferencial.

§ 1º As ações destinadas a viabilizar o pleno exercício dos direitos de que trata este artigo deverão constar de regulamento da lei, a ser elaborado pelo órgão competente do Poder Executivo, sendo desejável o funcionamento até às 20 horas dos dias úteis.

§ 2º Devem as unidades citadas no caput, quando for o caso, manter, em local visível de suas dependências, aviso informando sobre o direito de atendimento dos menores de doze anos em horário estendido”.



Art. 3º Esta lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 23 de agosto de 2023.



**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**  
**Relatora**

2023-14070

